

FUNDAÇÃO UNIRG

EDITAL Nº 004/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PROVAS PARA O CARGO DE PROCURADOR

CPF: _____

Prova Objetiva

Questões de 1 à 10 – Pontuação: 1 ponto cada questão.

1 Em se tratando de licitação que envolva o fornecimento de bens, assinale a alternativa correta à luz da previsão da lei de licitações, nº 14.133 de 01 de abril de 2021. (Prova: VUNESP - 2024 - Prefeitura de Osasco - SP - Procurador - Classe I).

[A] É vedada a indicação pela administração pública de marcas e modelos que atendam suas necessidades.

[B] A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida desde que por meio de comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

[C] A vedação, pela administração pública, da contratação de determinada marca ou produto viola o princípio da isonomia, não sendo permitida pela legislação.

[D] Em caso de licitante revendedor, pode ser exigida motivadamente carta de solidariedade do fabricante assegurando a execução do contrato.

2 Conforme a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021, em relação às garantias, analise as seguintes assertivas: (Prova: FUNDATEC - 2024 - Prefeitura de Monte Castelo - SC - Procurador).

I. Nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, poderá ser exigida a prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada prevista no seu artigo 102, em percentual equivalente a até 50% do valor inicial do contrato.

II. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da administração e, quando em dinheiro, atualizada com juros e correção monetária.

III. Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

[A] Apenas I.

[B] Apenas II e III.

[C] Apenas III.

[D] I, II e III.

3 FGV – De acordo com a Lei nº 14.133/21, as compras públicas devem atender alguns

princípios. Dessa forma, assinale a alternativa que NÃO exemplifica um desses princípios. (Prova: INQC - 2023 - Prefeitura de Santana do Livramento - RS - Procurador Sisprem)

- A. ☐ Padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho.
- B. ☐ Responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.
- C. ☐ Parcelamento, exceto quando o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.
- D. ☐ Padronização, obrigatoriamente em conformidade com o catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

4 Lei 1755 – Regime Jurídico e Plano de Carreira e Remuneração dos Docentes de Ensino Superior da UnirG, Segundo a Lei 1.755/2008 que institui o Regime Jurídico e o Plano de Carreira e Remuneração dos Docentes de Ensino Superior da UnirG, nos interstícios necessários para a evolução funcional, desconta-se o tempo, exceto:

- A. ☐ da licença para serviço militar.
- B. ☐ afastamento para o exercício de mandato eletivo
- C. ☐ para exercício de atividade fora da Instituição
- D. ☐ licença para tratamento de saúde superior a cento e oitenta dias

5 Sobre os princípios jurídicos que se aplicam ao Direito Administrativo brasileiro, tem-se como correto que o da:

- A. ☐ Impessoalidade se configura pela aplicação de critérios subjetivos que vão permear a correta atuação do Estado, enquanto administrador dos interesses públicos.
- B. ☐ Moralidade Administrativa se confunde com a moral comum, pois a atuação da Administração Pública utiliza os mesmos princípios e valores morais no qual está mergulhada a sociedade.
- C. ☐ Legitimidade consiste na justificação da ação do Estado quanto ao fiel atendimento dos interesses públicos primários.
- D. ☐ Executoriedade consiste na necessidade que tem a Administração Pública de autorização judicial para levar a efeito suas decisões e executar o seus atos.

6. De acordo com os princípios constitucionais, o princípio da eficiência

- A. ☐ estabelece um dever de imparcialidade na administrativa defesa do interesse público, restringindo que servidores, no exercício da função, privilegiem ou discriminem particulares.
- B. ☐ em que pese visar à obtenção de resultados melhores nas prestação dos serviços, não se relaciona com a forma de estruturação e organização dos órgãos e entes administrativos.
- C. ☐ impõe ao agente público um modo de atuação que produza resultados favoráveis à consecução das finalidades do Estado.
- D. ☐ no que se refere à atuação do agente público, tanto de um ponto de vista qualitativo como quantitativo, exige a busca pelo resultado satisfatório, mesmo à revelia do princípio da legalidade.

7. Os princípios administrativos possuem por função orientar e limitar a atuação da Administração Pública, norteados de que modo a conduta do gestor deve ser compatível com o Direito. A respeito dos princípios administrativos, assinale a alternativa correta.

- A. ☐ O princípio da impessoalidade afasta a obrigação da Administração conferir tratamento não igualitário para os desiguais.

B. () A invocação do bem comum ou do interesse público abstrato legitima a atuação do gestor público em desconformidade com a boa-fé, tornando-a compatível com o princípio da moralidade.

C. () A adoção do princípio da eficiência não implica na subordinação da atividade administrativa à pura racionalidade econômica.

D. () O princípio da legalidade significa que toda e qualquer conduta do gestor público deve ter base lei formal, sendo proibida postura administrativa que se funde exclusivamente em norma constitucional.

8. Os bens e interesses públicos não pertencem à administração nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletividade, esta sim a verdadeira titular dos direitos e interesses públicos. O princípio reconhecido, que enfatiza tal situação, é denominado princípio da:

A. () proteção e confiança.

B. () precaução.

C. () autotutela.

D. () indisponibilidade.

9. Adão, alegando ter poder de persuasão sobre seu primo, delegado de polícia que presidia inquérito policial em que Cláudio estava sendo investigado, solicitou deste determinada quantia de dinheiro, a pretexto de repassá-la ao delegado, para impedir o indiciamento de Cláudio pela prática de estupro. Nessa situação hipotética, a conduta de Adão configurou o crime de:

A. () corrupção passiva privilegiada.

B. () advocacia administrativa.

C. () corrupção passiva.

D. () tráfico de influência.

10. Considerando os Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta nos termos legais.

A. () Nas causas de sua competência, não haverá reexame necessário.

B. () É competente para processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, somente até o valor de 40 (quarenta) salários-mínimos.

C. () É competente para processar as ações de mandado de segurança por improbidade administrativa

D. () No foro onde estiver instalado, a sua competência será relativa.